

O poder concentrado no tope só se reproduz sob a condição de um controle ativo, vigilante e persistente, que impeça qualquer abalo da 'tradição' de concentração do poder. Os de cima manobram constantemente para prevenir tal eventualidade, sob as formas previsíveis. Cria-se um paradoxo. O melhor da capacidade política inventiva é investida nesse fim perverso. A ausência de uma cultura cívica se mede pela bitola dessa perversidade das ações políticas institucionalizadas, conscientes e "racionais". Elas são racionais (e, portanto, funcionais) com vistas ao rendimento e à autoreprodução de semelhante sistema de poder ultracentrado, que alguns chamam de elitista, particularista e oligárquico ou autocrático. Elas são parte dos "costumes políticos" e viciam as instituições ditas "modernas", pois lhes infiltram todos os tipos de distorções imagináveis. Sua lógica política é simples: o que é bom para os donos do poder é bom para a coletividade, como um todo. E se o referido sistema de poder se mescla às liberdades civis e políticas, o faz de modo a ajustá-las aos mecanismos centrais perversos da engrenagem descrita. Na verdade, os fins justificam os meios. Os que "entendem das coisas" determinam os fins e escolhem os meios — é a sua responsabilidade democrática perante a Nação, que eles devem conduzir ou gerir como a coisa nessa. (Não se leve a mal esta expressão. Ela não força a realidade. As elites dirigentes aparecem, à luz de seus procedimentos, como um bando de mafiosos. Existem várias pequenas, médias e grandes Sicílias por este vasto mundo...).

Essas penosas reflexões são produto do último golpe que ocorreu no Brasil. Parecia que os políticos profissionais e sua complexa gama de aliados nacionais e estrangeiros estavam satisfeitos com o golpe aplicado à Nação através da eleição pelo Colégio Eleitoral. O golpe em questão surgia como uma faca de dois gumes. De um lado, a ditadura estabelecida lograva atingir os seus objetivos diretos e indiretos: punha-se a fresco e a salvo, garantindo de quebra seu cronograma político-militar. De outro, as "forças democráticas" teriam, por uma fina rasteira no adversário, removido os riscos de uma guerra civil e imposto o caminho de uma restauração pacífica. Um ótimo negócio para todos e principalmente para a Nação, que não apitou nem mugiu. Agora descobre-se que a artimanha não é daquelas que se esgota pelo uso. Os civis tomaram gosto pelo arbítrio e, dado o primeiro golpe com êxito, já dispararam outro de igual calibre. Foi tão fácil "legitimar" (na imaginação deles) o golpe das eleições indiretas, convocando o povo para "consagrar Tancredo", que se tornou difícil (ou até impossível) sofrer o apetite. O novo golpe é ainda mais terrível. Ele não "cassa" terroristas, subversivos, inimigos da ordem e do sossego público. Ele cassa a maioridade da Nação: a massa dos cidadãos não será mais convocada para se erigir, embora por delegação de poderes, em uma Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana. O Congresso Nacional fica com as funções constituintes! O que tornará a "transição" em curso mais tranquila e segura do que os antigos déspotas militares, com seus sócios maiores e menores, poderiam desejar.

Não vou me deter no desmascaramento e condenação do passo perverso do governo da Aliança Democrática.

Isso já foi feito por várias vezes mais autorizadas que a minha (ainda que seja de justiça ressaltar, de passagem, a belíssima peça condenatória, escrita por Raymundo Faoro e publicada pela revista "Senhor", n.º 224: "Constituinte entre aspas"). Parece-me mais urgente insistir no que se está fazendo em nome da democracia e da consolidação da transição democrática. A ditadura não foi enfrentada e destruída no momento devido e da maneira necessária. Um movimento de flanco, ao estilo conservador, misturou políticos profissionais, piratas de vários quilates e militares em uma tentativa de deixar que o regime ditatorial morresse naturalmente, aos poucos, enlaçado à "democracia relativa" de seus sonhos, que é também, por sua vez, a única forma política de democracia que os conservadores e liberais brasileiros conhecem, desejam e toleram. Tudo isso está tão claro, que seria inútil tapar o sol com a peneira. A Aliança Democrática empenhou-se a fundo em conciliar os "anseios democráticos do povo brasileiro" com a "vocaçao constitucional" liberal-conservadora, que consiste em deslocar para o tope todos os processos cruciais de decisão política e de fazer da Constituição uma fachada. Esse é o "biombo parlamentar", usado na maioria dos países capitalistas periféricos como simulação da prática democrática, ou, com outras palavras, o Frankenstein político construído engenhosamente pelas elites das classes possuidoras e dirigentes para preservar em bloco seu poder real, manter ou ampliar o monopólio do poder político institucionalizado e exercer, por dentro e através de um Estado aparentemente democrático, uma ditadura mesquinha e covarde.

Um governo de feito e inteireza democráticas não tomaria a iniciativa de "conferir" ao futuro Congresso funções constituintes e, tão pouco, diligenciaria confundir o processo constitucional de antemão, compondo uma comissão de notáveis para elaborar "subsídios" à futura Constituição! Esse é um ato hipócrita de usurpação: na melhor tradição mandonista, os de cima minam o terreno, espalham cascas de banana e deterioram a compulsão revolucionária dos "futuros constituintes". "Paus mandados" ou não, políticos profissionais treinados ou não para o desempenho inofensivo de seus mandatos, todos terão pela frente várias limitações — algumas essenciais e insanáveis em termos do modo de convocação — e o peso de um "projeto" elaborado pelos cérebros de uma comissão representativa de grandes juristas, técnicos (?), políticos consagrados, sociólogos, economistas, "representantes" das diversas camadas da população e de algumas categorias profissionais marcantes etc. O efeito estático e paralisador de semelhante operação é óbvio. O que se quer é repressar as águas em nível raso, "desinquietar a Nação", dar de barato que tudo está sendo feito para que o processo constitucional atinja os objetivos — quando, de fato, o que se pretende e o que se prepara assemelha-se muito com uma farsa constitucional.

Os dois partidos da ordem, que se alinham na Aliança Democrática, fazem o seu jogo político corretamente. Uns, porque afinal logram alcançar o poder (que já estiveram propensos a dividir com a ditadura); outros, porque só podem continuar lá em cima forjando alianças eficientes, inclusive com mili-

tares golpistas, ou com democratas, sempre arrostando corajosamente sua sina liberal. Não se pode cobrar do PMDB e do PFL o que eles não são (embora se pudesse cobrar o que eles alegam ser). A questão muda de figura no que diz respeito aos radicais do centro e da esquerda, aos que se identificam como socialistas, comunistas e "democratas sinceros" (ou "revolucionários"). Nessa área, nada justificaria o farisalismo das "ilusões constitucionais". Burgueses e proletários, a partir de certo patamar ideológico e político de reformismo e de revolucionarismo, sabem que as grandes batalhas políticas se travam, com frequência, contra os baluartes de defesa da ordem, estabelecidos institucionalmente pelas constituições, mesmo as que tenham sido originalmente revolucionárias. Todavia, encontramos em uma situação especialíssima. As eleições diretas poderiam ter sido uma ruptura contra a ditadura, por isso elas foram cassadas; a próxima Assembleia Nacional Constituinte poderá ser uma ruptura com uma ordem social equívoca, um corte decisivo no nó górdio que nos ata ao passado, ao mandonismo dos de cima, aos privilégios dos cultos e poderosos, por isso ela está sendo solapada de antemão, cozida em água fria, encaminhada ao compromisso e ao desvirtuamento.

O que se deve lamentar é que os partidos da esquerda joguem sujo nessa matéria, que não tomem a si o combate revolucionário por uma Assembleia Nacional Constituinte independente e soberana. Por enquanto, só o PT e alguns grupúsculos políticos avançaram até a linha de luta frontal. Desmontar a ditadura, de modo completo e até ao fim, quer dizer desmontar tudo o que ela revitalizou do antigo sistema oligárquico de poder e tudo o que ela representou como fonte de instauração de uma nova modalidade de autocracia burguesa. Já estão os limites revolucionários de um verdadeiro ponto de partida democrático: a Constituição poderá ou não livrar o Brasil desses trágicos descaminhos (e do pior, que a ditadura inaugurou: o amálgama do antigo sistema oligárquico com o moderno Estado de segurança nacional). Para que ela possa encarnar essa tarefa revolucionária, ela não poderá ficar entregue às debilidades comprovadas de nosso Congresso. A ruptura número um deve começar pelo desmantelamento dos "costumes políticos" e da "ética de conciliação". Se os partidos de esquerda misturam seus papéis com os dos partidos da ordem, eles desertam da luta de classes e da defesa dos interesses e valores que só os proletários podem erguer, neste momento, no interior de uma moldura histórica democrática. As tarefas políticas do proletariado, dos camponeses sem terra, das minorias destituídas e oprimidas delimitam as tarefas políticas daqueles partidos. Se eles se omitem, a ponto de causar admiração no âmago da burguesia reacionária — que trava uma batalha decisiva com inteligência, insuflando as ilusões constitucionais e esvaziando as potencialidades do próximo "poder constituinte", pois é assim que ela define a usurpação em processo — eles preparam as covas nas quais serão enterradas, por alguns anos, as esperanças dos pobres, em geral, e dos trabalhadores, em particular. Por quantos anos mais?

O extremismo revolucionário passa por cima do valor político de uma batalha eleitoral, da convocação de uma

Assembleia Nacional Constituinte, do desempenho de um regime democrático em tensão com os interesses conservadores e reacionários da ordem existente. Eles podem justificar-se em termos de uma lógica política imaginária ou de um revolucionarismo verbal. Todavia, o cinismo (ou o oportunismo?) que endossa e legitima a negligência das tarefas políticas específicas dos trabalhadores em um assunto político de tal monta leva às mesmas consequências. É o outro lado da mesma moeda (o avesso de uma fuga irresponsável à luta de classes antagonicas). Se um banqueiro fica contente e divulga o contentamento, tratando de um partido de esquerda, há algo errado com esse partido. A omissão foi tão longe, que inverteu a ordem natural das coisas... Ora, é aí que o carro pega. De onde surgirão as forças que devem articular as tarefas políticas dos trabalhadores, dos destituídos, enfim desentranhar o embrião da revolução democrática? Há um certo tipo de democracia que se coaduna com o regime colonial, com o escravismo, com o patrimonialismo oligárquico, com a plutocracia. No entanto, carecemos de um regime político que dê respostas à revolução que está se operando espontaneamente na sociedade civil e que organize um Estado democrático com múltiplas vozes e valores divergentes. O nesse ponto de partida é zero! Não é o Estado existente, com a cultura cívica dos traficantes do poder. As classes trabalhadoras nunca terão meios para saírem do atoleiro, para travarem a céu aberto a luta de classes com propósitos próprios e independentes, para desempenharem regularmente suas tarefas políticas de classe se não conquistarem para si (e portanto para toda a sociedade) um novo patamar constitucional e a consciência política revolucionária que isso envolve.

Aí está o nó da questão. As premissas históricas de uma sociedade democrática são determinadas pelo embate inevitável e duro de classes que possuem interesses contraditórios e inconciliáveis. Entre essas premissas estão os partidos políticos da esquerda, a mobilização permanente das classes trabalhadoras para o combate político independente, a consciência revolucionária de que uma democracia de fachada não constitui uma conquista social para ninguém (e muito menos para os destituídos e oprimidos), o aproveitamento das oportunidades políticas cruciais pelas classes trabalhadoras etc. Esse rol indica impositivamente: aos trabalhadores e aos oprimidos só convém a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana, que não se confunda com o Congresso Nacional e não caia nas armadilhas de sua rotina e compromissos. Não se trata, somente, de "ter uma Constituição" ou, ainda, de ter uma "Constituição tecnicamente perfeita". Isso são lantejoulas, ilusões constitucionais burguesas (e que têm, como contrapartida, construções que não vem ao caso discutir aqui). No Brasil de hoje, a questão da Assembleia Nacional Constituinte pressupõe um acerto de contas entre os que sempre foram excluídos e os que os excluíram. Por isso, ela é um dos nós centrais da revolução democrática e reclama milhões de ombros humildes e de cabeças proletárias em que se escudar.